

O que fazer com toda essa gente preta? Racismo científico e cativeiros do pós-abolição

What to do with all these black people? Scientific racism and post-abolition captivity

¿Qué hacer con toda esta gente negra? Racismo científico y cautiverios post-abolición

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39244>

Carolina de Oliveira e Silva Cyrino

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Pesquisadora do Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA), vinculado ao Núcleo de Estudo Afro-brasileiros, Africanos e Indígenas (NEABI-UFRGS). E-mail: carolinacyrino.ufes@gmail.com

Pâmela Marconatto Marques

Possui pós-doutorado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Relações Internacionais, ambos da UFRGS e do Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA), vinculado ao Núcleo de Estudo Afro-brasileiros, Africanos e Indígenas (NEABI-UFRGS). E-mail: pmarconatto@gmail.com

José Carlos Gomes dos Anjos

Possui pós-doutorado na École Normale Supérieure de Paris. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, ambos da UFRGS. Colaborador na fundação do curso de Desenvolvimento Rural (Doutorado) na Universidade de Cabo Verde, coordenador do Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA), vinculado ao Núcleo de Estudo Afro-brasileiros, Africanos e Indígenas (NEABI-UFRGS). E-mail: jcdosanjos@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho debruça-se sobre o período pós-abolição, da Primeira República, durante o qual paradigmas de aperfeiçoamento da nacionalidade foram formulados a partir de propostas de redução étnica progressiva. Uma população antes escravizada, cuja condição humana estivera cancelada, via-se recém liberta, convivendo com a sociedade livre. O que fazer com toda essa gente preta? O racismo científico trazia respostas. Analisaremos, aqui, discursos que emergiram como espaço de invenção de teorias científicas a fim de respaldar a ideia de “aperfeiçoamento humano” através da eliminação do seu “componente degenerativo”. Trata-se de um acervo composto por documentos, manuais e periódicos elaborados pelos médicos João Batista Lacerda e Renato Kehl, que, em que pese suas diferentes abordagens, questionaram o caráter humano da população preta, promoveram cisões entre segmentos racializados e apontaram possibilidades da eliminação gradual de sua expressão genética e/ou cultural simultaneamente genocidas e civilizatórias.

Palavras-chave: Racismo científico; Pós-abolição; Eugenia.

Introdução

Em 13 de maio de 1888, a escravidão chegava ao fim no território brasileiro, por meio da promulgação da Lei Áurea. Na corrida pela modernidade, paradigmas de aperfeiçoamento da nacionalidade são formulados. Uma população escravizada, com sua humanidade cancelada e reduzida à propriedade, estava agora recém liberta, interpelando a sociedade livre com a força de seus fantasmas.

Propomos ao leitor um retorno a esse período pós-abolição, nas primeiras décadas do século XX, época de grandes paradoxos em que a questão nacional mais importante parece ser: o que fazer com toda essa gente preta, agora posta em convívio com a sociedade livre? O racismo científico sugeria respostas. Desde o final do século XIX, um conjunto de teorias passou a determinar os critérios mediante os quais alguém passaria a ser considerado civilizado e estabeleceu a diferença desse padrão como anomalia. Presente nas ciências naturais, sociais, jurídicas, artísticas, literárias, o racismo científico absorveu fontes do evolucionismo e do darwinismo social que, consideradas as diferenças de suas percepções, tinham algo em comum: naturalizavam seus conceitos enquanto definiam estratégias de aperfeiçoamento humano, e convergiam no que dizia respeito à eliminação do componente entendido como degenerativo.

Diwan (2020) estabelece um roteiro investigativo de como essas teorias degeneracionistas chegaram ao Brasil, através de viagens da elite republicana europeia e de expedições científicas que reuniam cientistas, antropólogos e intelectuais europeus. Tais teorias condenavam o país pela sua *promiscuidade racial*, destacando a miscigenação como a vilã do progresso, e foram recebidas com entusiasmo pela elite intelectual brasileira. Era preciso salvar o país da degeneração. A historiadora relata que nessas expedições científicas, incentivadas primeiramente por D. João VI e posteriormente por D. Pedro II, tinha o objetivo de colocar o Brasil no cenário científico internacional e fazê-lo *lugar de homens da ciência*. Dentre esses viajantes¹, destacamos o francês Arthur de Gobineau, que esteve no Brasil em 1876, pouco antes da abolição, vaticinando o fracasso do país justamente em razão da mistura de raças, considerada por ele como degeneradora das espécies envolvidas. Maio e Ramos (2010) destacam que essas expedições ao Brasil foram estabelecendo a imagem de um país condenado, com uma população atrasada na escala evolutiva, moldada pelos ideais europeus, de clima, vegetação, raça e civilização. O retrato de uma nação condenada foi abraçado pela elite intelectual e científica brasileira que passou a orientar-se pelas experiências estrangeiras de teorias da degeneração como resposta à indagação se havia solução para o país. Neste cenário, várias controvérsias

¹ A autora cita também Gustave Le Bon, sociólogo e psicólogo francês e Louiz Agassiz, professor de Geologia de Haward.

interpretativas foram geradas a partir da publicação do trabalho de Charles Darwin, *A origem das espécies*, em 1859, em que ideólogos tomaram a tese darwiniana como justificativa para aprimoramento racial, conforme destaca Diwan (2020:91) sobre o célebre cientista:

Mas foi um monogenista [Darwin] que deu argumentos e justificativas tanto para os defensores do degeneracionismo e críticos da mestiçagem quanto para os eugenistas interessados em melhorar e aprimorar a raça humana. [...] a publicação do livro *A origem das espécies* (1859) transformaria o modo de entender a evolução das espécies animais e a seleção natural, gerando inúmeras controvérsias no interior da biologia, e com o nascimento do darwinismo social, sendo fundamental para entender a eugenia.

Também corroboram Maio e Ramos (2010) e Scwarcz (2017) sobre como essa obra de Darwin, mesmo sendo dedicada à biologia, tornou-se um grande paradigma, um solo comum para inúmeras correntes teóricas, atribuída como sustentáculo para teses de superioridade racial. Além disso, tal apropriação dessa teoria também era utilizada para justificar o domínio da expansão europeia nos continentes.

Nessa compreensão de um país condenado pela raça, havia uma chaga irrepreensível marcando a jovem república, impedindo-a de desenvolver-se. *O Brasil precisava ser saneado*. Correntes positivistas, inspiradas em Augusto Comte, animaram os intelectuais brasileiros, na busca da cura dessa ferida racial instalada no território brasileiro. Se o país estava enfermo, havia um povo doente que precisava ser curado. A medicina brasileira apresentava-se como elemento salvador desse mal. Como os pesquisadores Hochman e Lima (1996:26) afirmaram, este entendimento levava a crer a seguinte máxima: o país estava “condenado pela raça, e absolvido pela medicina”. Um grande projeto nacional de saneamento da população foi posto em prática. É nesse cenário que a eugenia vai ganhar espaço como a *ciência dos bem-nascidos*, a fim de eliminar o elemento de degeneração da espécie humana, promovendo o aperfeiçoamento da raça e da nacionalidade.

Em que consistia este elemento causador de degeneração humana? Trataremos de responder a esta pergunta sem nos ocuparmos de traçar o histórico da construção das teorias raciais, mas tratando de compreender a operacionalização do racismo científico institucionalizado no Brasil, promovendo uma lógica excludente simultaneamente genocida e civilizatória.

Cotejamos essa questão para situar a problemática do racismo sob a especificidade brasileira do início do século XX. Ajari (2011) abre uma fenda na articulação foucaultiana entre biopoder e racismo, ao sugerir que na situação colonial o operador biológico da cesura no *continuum* da população não separa os que devem viver daqueles que podem morrer. Aqui, na periferia do capitalismo, o que a colonialidade faz é particionar dois tipos de vida diferentemente valorizadas, as vidas brancas que podem se fazer gloriosas através de um conjunto de privilégios

políticos e possibilidades de inserção socioeconômica e as vidas bestializadas dos não-brancos. O objetivo do artigo é cotejar essa discussão com o material empírico destacado do modo de apropriação e elaboração do racismo científico pela elite intelectual brasileira - evidenciando-o como forma de conservação da desigualdade racial no pós-abolição

Para isso, analisaremos o *corpus* de documentos formados pela conferência *Sur les mérités au Brésil*, de autoria do médico João Batista Lacerda, publicada em 1911, durante o Congresso Internacional das Raças, em Londres, e por edições selecionadas² do Boletim de Eugenia, periódico divulgado pela Sociedade Brasileira de Eugenia de 1929 a 1932, organizado pelo médico Renato Kehl. Enquanto o primeiro defendia a tese de *redução étnica*, que previa o aperfeiçoamento humano através da eliminação, em três gerações, de negros e mestiços no território brasileiro - *Le negre passaunt au blanc, a la troisieme degeneration par l'effet du croisement de races* - os boletins organizados por Kehl sustentavam a eugenia enquanto ciência dos bem-nascidos, capaz de formar uma geração dotada de pureza racial, por meio do aperfeiçoamento moral e eliminação do *componente degenerativo humano*.

Sangue preto fora do cativeiro: a proposta de uma limpeza racial

Ideais positivistas abraçaram a campanha abolicionista no Brasil. Com seus determinantes conservadores, acreditava-se que além do país precisar de uma nova história, era necessário eleger quem seria a “sua gente”, e como alçaria padrões civilizatórios para o almejado progresso. De certo, “sua gente” não poderia mais estar contaminada por *sangue preto*. Joaquim Nabuco, conhecido abolicionista, acreditava que negros escravizados constituíam parte tão significativa da população brasileira por terem sua sobrevivência e reprodução facilitada pelo cativeiro, e afirmava que o principal efeito da escravidão sobre a população foi *africanizá-la, saturá-la de sangue preto*. Nabuco (2000) preocupava-se com a reprodução dos escravizados, que concebia como vetor de contaminação e alastramento de uma gênese primitiva, e alertava que os ventres escravos reproduziam de “três a quatro crias”, que, se acabavam rendendo dinheiro para seus senhores, depois reproduziam e circulavam pelo país. Defendia que a primeira *vingança* das vítimas do cativeiro escravo (que ele reconheceu ser um sofrimento), foi a reprodução de suas características e os *vícios de seu sangue africano* que, ao misturar-se,

² As edições utilizadas neste artigo foram as de nº 2, 4, 5, 9, 10 e 12, escolhidas devido ao seu conteúdo introdutório em defesa da eugenia enquanto ciência para aperfeiçoamento da nacionalidade. As edições completas consultadas estão disponibilizadas no ambiente virtual da Biblioteca Nacional, no endereço eletrônico informado nas referências finais deste trabalho.

degradaria a população brasileira, resultando em um cruzamento de caracteres em que a *degradação servil da raça negra* contrastaria com uma *imperialidade brutal*, da branca.

Em seu entendimento, caso a multiplicação populacional se desse sem cruzamentos raciais, o “problema das raças” estaria facilmente solucionado, uma vez que a incompatibilidade das raças levaria sempre à expulsão da mais fraca e inferior. Entretanto, lamentava não ser esse o caso do Brasil. Mesmo chegando a afirmar que “o mau elemento da escravidão não foi a raça negra, mas está reduzida a cativo” (Nabuco, 2000:36) logo passou a contradizer-se, acionando uma série de estereótipos que atribuíam influências da escravidão ao sangue preto, que corromperia não apenas a cor da pele, mas a cultura, língua, comportamento, religião e todo traço de desenvolvimento, de modo que a escravidão deveria ser concebida como o alto preço pago pela colonização.

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, **ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras.** A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana, influência ativa e extensa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama-de-leite, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso povo; **a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento;** podem ser considerados isoladamente do cativo (Nabuco, 2000:36. Grifo nosso).

27

Era preciso cessar a vinda de novos pretos africanos, sua reprodução em terras brasileiras e a contaminação que seus fluídos impunham aos corpos brancos civilizados. Percebe-se que Nabuco faz referência direta ao continente africano como nascedouro dessa contaminação, ao utilizar as expressões *africanizá-la* e *vícios de sangue africano*. O autor afirmava que a reprodução de degenerações teria sido importada de países africanos, não especificando quais, através da escravidão, e que acabaram por corromper a população brasileira. Uma corrupção que teria múltiplos meios de transmissão, sociais e biológicos, resultando num alastramento que impactaria na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Essa transmissão poderia ser hereditária, por contato com fluídos corporais, e também pela reprodução de “vícios de comportamento” e cultura. Uma degeneração estampada nas variações enegrecidas da pele, de sangue que corrompia corpo e espírito.

A campanha abolicionista ganhava força por seu aspecto econômico, já que propunha integrar o Brasil aos outros países desenvolvidos que já tinham abandonado o sistema escravocrata - considerado arcaico e não lucrativo - sendo alcançada em 1888. Mas acabou lançando um problema, o que fazer, afinal, com toda essa gente preta, ou essa gente misturada que compunha boa parte do país?

Em 1911, duas décadas após declarada a abolição da escravidão no Brasil, a jovem República foi convidada a participar do Primeiro Congresso Internacional das Raças, em Londres. O tema da mestiçagem estava em evidência e o Brasil era apontado como um exemplo dessa mistura racial.

João Batista Lacerda, médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi o representante escolhido pelo presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, para defender horizontes mais prósperos ao país junto à elite europeia (Lacerda, 1911). Lacerda questionava a noção de que o mestiço representasse uma inferiorização humana, divergindo das teorias poligenistas, que concebiam a existência de diferentes espécies humanas hierarquicamente definidas pela seleção natural de suas características hereditárias (Schwarcz, 2012). Ele sustentava que o mestiço fosse concebido como categoria transitória no aperfeiçoamento evolutivo da espécie humana, para o fim da sua perfeição, a raça branca. Eis o salto operado por uma elite intelectual - atuando com força de Estado - cuja pureza racial sempre estaria em questão para sustentar sua própria viabilidade junto às elites metropolitanas.

Em sua conferência, *Sur les métis au Brésil - Sobre os mestiços no Brasil*, (Lacerda, 1911)³, realizada no Congresso, João Batista Lacerda reconheceu, assim como seu antecessor, Joaquim Nabuco, que os negros escravizados foram submetidos a todo sorte de castigos e torturas das mais cruéis. Como Nabuco, também persistiu na atribuição e desqualificação da humanidade dos escravizados, por seus caracteres selvagens. Entretanto, afirmou que o mestiço já representaria um melhoramento, à medida que lhe teriam sido conferidos elementos da raça branca.

Em um tom romaneado e estereotipado, Lacerda discursou que os mestiços nascidos no Brasil, ainda na condição de escravizados, teriam sido, muitas vezes, acolhidos por seus senhores, quando da condição de seus genitores, ou para acompanhar suas senhoras e nos cuidados e entretenimento de seus filhos. Em um gesto de caridade e compaixão, seriam tratados de modo mais humanizado, vestidos com roupas limpas e adornadas, instruídos em outros costumes, conduzidos a uma inserção na vida social, que poderia chegar até mesmo, em alguns casos, à alforria. Quando da libertação, estes já não pareciam identificar-se com seus costumes selvagens negros, demonstrando aptidão para conhecimentos intelectuais, artísticos e políticos, embora já sem mais dispor da robustez negra para serviços braçais. Ele atribui a gesto afetuoso dos brancos a acolhida que teria possibilitado a esses mestiços conviverem de forma civilizada. Enquanto isso salientou que os negros que alcançaram a liberdade teriam sido entregues à própria sorte, refugiando-se em lugares distantes da civilização e do trabalho, não sendo bem

³ Originalmente publicado em Paris, na língua francesa, *Premier Congrès Universel des Races*. Tradução do texto disponível em Schwarcz (2019a), como utilizados nas demais citações do autor.

recebidos nas colônias dos imigrantes europeus, pois se sabia que tendiam à criminalidade e à violência.

Evidencia-se na fala de Lacerda um ponto importante a se considerar: o discurso mítico, capaz de sustentar tanto o estereótipo do “negro rebelde” quanto do “mestiço reformável”. Ao primeiro, a liberdade não salvaria, já que sua própria essência o condenaria à perdição. Estaria fadado a uma vida incivilizada. Ao segundo, o elemento branco conduziria ao aperfeiçoamento. Tomando como pressuposto interpretativo a análise barthesiana e a assunção de que em seu pleno sentido, o mito apresenta-se como uma linguagem roubada (Barthes, 2001), é possível inferir, desde já, que esse discurso opera uma deformação, eliminando a qualidade histórica das coisas, evacuando o real, transformando a história em natureza, ou seja, operando o embraquecimento da população e a consequente eliminação do “elemento degenerativo” como algo “natural” à evolução humana. Também é possível começar a perceber de que modo o racismo científico foi apropriado pela elite intelectual brasileira como modo de conservação da desigualdade racial no pós-abolição. Ela deveria, ao mesmo tempo, assegurar a viabilidade de uma Nação destacada por sua mestiçagem e garantir os privilégios de uma elite cuja brancura se media pelas provas de sua adesão ao modelo civilizatório europeu, reforçando os limites da humanidade concebida, guardiões de fronteiras intransponíveis.

É nesse sentido que, ao retomarmos o discurso de Lacerda, podemos sondar os modos como o racismo científico, financiado e amparado pelo Estado, passa a determinar os parâmetros sobre o que é civilizado. Embora ocupando um lugar aparentemente vantajoso com relação ao “negro rebelde” já que alçada a elemento possível de aperfeiçoamento, a população mestiça era assim concebida apenas no que dizia respeito à população já existente. Lacerda não incentivava novos cruzamentos com negros, ao contrário, repudiava que os portugueses, diferentes dos anglo-saxões, *se misturassem sem pudor às negras escravizadas*, gerando um problema que precisava ser consertado no Brasil. Os mestiços, mesmo considerado *mais desenvolvidos que os negros*, ainda carregariam suas características ancestrais:

Eles são, habitualmente, corajosos, cheios de audácia, inteligentes, bem falantes e dotados de uma imaginação muito viva. Do ponto de vista moral, entretanto, é preciso reconhecer que não se pode confiar cegamente em sua lealdade ou em sua probidade (Lacerda, 1911:14).

A noção parece ser a de que se a negrura pode ser extirpada dos semblantes, deixa vestígios capazes de insurgirem-se no terreno da moralidade, onde devem, portanto, ser mantidos sob controle, sob vigilância. De certo, em seu tom romanceado sobre essa nova gente misturada, havia uma certeza para ele: assim como os negros, suas descendências deveriam desaparecer para que o Brasil se tornasse uma grande civilização. O mestiço era apenas uma categoria

transitória, admitida para o alcance de um bem maior: O aperfeiçoamento humano através *da passagem do negro para o branco*, em sua terceira geração, por meio do cruzamento das raças, como escreveu Lacerda ao exemplificar sua teoria no Primeiro Congresso Universal das Raças, com a exibição da pintura “A Redenção de Cam”.

Figura 1. “A Redenção de Cam”



Fonte: domínio público.

Trata-se de uma pintura a óleo do artista espanhol Modesto Brocos, de 1895, que retrata o embranquecimento em três gerações. A imagem aparece nas páginas pré-textuais da obra de Lacerda (1911), e foi exposta na Galeria de Belas Artes do Rio de Janeiro, à época da publicação. No original da obra de Lacerda (1911), apresenta-se em coloração acinzentada.

A representação ilustra, em um primeiro plano, uma família, em três gerações. Na extremidade esquerda, a avó materna: negra e descalça, pisando terreno de chão batido, externo à

casa, plenamente identificada com a natureza, o elemento incivilizado, com as mãos erguidas aos céus, em sinal de alívio e agradecimento. Na outra extremidade, o pai: branco, calçado, pisando terreno cimentado, à porta da residência, representando a civilização e a cultura, já com feições de satisfação. Ao centro, a mãe: mestiça, resultado de uma primeira miscigenação, abrigando em seu colo a criança, supostamente branca, descendência do cruzamento racial com o pai branco, em sua terceira geração. Desta primeira miscigenação, que originou a mulher mestiça, ilustrada na figura central, está evidenciada apenas a origem materna, representada pela senhora negra na extremidade esquerda. A genealogia paterna se afirma como ausência. Uma ausência branca, dado o fenótipo da filha. Lacerda descreveu em seu relato que muitos dos mestiços, gerados entre o cruzamento das mulheres escravizadas com seus senhores, acabavam sendo “acolhidos no interior das casas” aonde se vestiam melhor e aprendiam costumes civilizados. O cruzamento entre as mulheres negras escravizadas e os homens brancos acusa a violência sexual em que estas eram submetidas⁴.

As duas figuras centrais, mãe e criança, apresentam características curiosas. A aliança no dedo anelar esquerdo da mãe indica o seu matrimônio. A sombra de imoralidade e desonestidade que acompanharia o corpo mestiço encontrava-se, aqui, sob controle. Em sua mão direita é possível perceber o código gestual semelhante às pinturas sacro-romanas, em referência às liturgias católicas, em que o dedo indicador está em riste, acompanhado da flexão dos demais, representando ordenamento, narrativa. Já a mão direita da criança possui os dedos levemente flexionados, em sinal de admiração ou benevolência, reforçando também o caráter religioso presente na obra, em que se lê a mestiçagem como uma redenção – física e moral.

Importa ressaltar que a obra a Redenção de Cam, faz referência ao personagem bíblico Cam ou Cão, filho de Noé, que após ter rido com a visão de seu pai nu e bêbado, recebeu a maldição de ter seu filho, Canaã, e toda a sua descendência, condenados a serem escravos de seus irmãos⁵. Atribui-se a descendência de Cam a povos de proveniência do continente Africano. Mesmo que não haja referência à cor de Cam e de sua descendência no texto bíblico, “os efeitos interpretativos da maldição lançada a Cam” tiveram desdobramentos na imaginação ocidental,

⁴ O entendimento de que as crianças mestiças nascidas no período colonial são filhas de um estupro é algo vem sendo discutido por autoras decoloniais latinoamericanas, como Rita Segato (2012) e María Lugones (2008).

⁵ O trecho bíblico encontra-se no Livro de Gênesis, capítulo 9, versículos 20-26. “Noé, que era agricultor, plantou uma vinha. Tendo bebido vinho embriagou-se, e apareceu nu no meio de sua tenda. Cam, o pai de Canaã, vendo a nudez de seu pai, saiu e foi contá-lo aos seus dois irmãos. Mas, Sem e Jafet, tomando uma capa, puseram-na sobre seus ombros e foram cobrir a nudez do pai, pois que tinham seus rostos voltados. Quando Noé despertou de sua embriaguez, soube o que tinha feito seu filho mais novo. “Maldito seja Canaã”, disse ele; “que ele seja o último dos escravos de seus irmãos!” E acrescentou: “Bendito seja o Senhor Deus de Sem, e Canaã seja seu escravo! Que Deus dilate a Jafet; e este habite nas tendas de Sem, e Canaã seja seu escravo!” (Bíblia, Gênesis, 9:20-26). A edição bíblica consultada ainda traz a referência de que “o último”, literalmente significava: o escravo dos escravos. E que Noé amaldiçoou Canaã porque não podia amaldiçoar diretamente Cam, o qual tinha sido abençoado por Deus, na passagem de Gênesis, capítulo 9, versículo 1.

para justificar a escravidão de negros africanos, os quais seriam descendentes de Cam⁶ (Flores e Melo, 2014:32). Vejamos, a seguir, a proposta de limpeza do “componente degenerativo negro”, sugerida por Lacerda (1911):

Figura 2. Esquema interpretativo a partir da obra “Sobre os mestiços no Brasil”



(A) Raça incivilizada - Negra.
Ascendência materna.
1ª geração

(B) Raça transitória - Mestiça.
Genitora.
2ª geração

(C) Raça civilizada - Branca.
Genitor

(D) Limpeza étnica - Branca.
Descendência,
3ª geração

Fonte: Elaboração própria a partir da análise de Lacerda (1911).

Na análise semiológica bathesiana, o caráter deformativo do mito, carregado de intenção, apropria-se de um significado já existente, que possui um significante atribuído, que o autor denomina de *signo*, e passa a dar-lhe um novo sentido, uma *significação*, que é o próprio mito. Tomando a mestiçagem como signo, atribui-se valor a este, dotando-o de uma significação - a limpeza racial, o aperfeiçoamento da espécie humana, a partir do cruzamento com o branco. A significação mítica é uma constatação, não tem o caráter explicativo. Suas intenções estão evidentes, mas sob a forma de uma fala naturalizada. “O mito não nega as coisas, a sua função é, pelo contrário, falar delas, simplesmente, purificá-las, inocentá-las” (Barthes, 2001:143), é uma

⁶ A força com que a leitura do episódio bíblico com finalidade racista e colonial disseminou-se, explica que um importante antropólogo e advogado haitiano, Joseph Anténor Firmin, tenha dedicado a ela uma seção de seu “De l’égalité des races humaines”, lançado em 1885, em Paris (Firmin, 1885).

fala domesticada. Para o sentido mítico, torna-se natural e necessária a eliminação do componente degenerado da população para o alcance do progresso civilizatório do país, o aperfeiçoamento da espécie humana.

O mito é percebido como mensagem, para decodificá-la é preciso voltar atenção para o signo, a fim de explicar a sua significação. Ou seja, quando vemos o signo da mestiçagem é que identificamos a mensagem transmitida pelo mito da limpeza racial. O mestiço carregaria um elemento degenerativo negro e, portanto, justificaria a limpeza racial como eliminação gradual do negro a partir do cruzamento com o branco. A existência do mestiço não é um dado, não existe tal segmento na realidade independentemente das estruturas conceituais que o tornam apreensível. A consolidação do eugenismo é correlato ao processo de construção social dessa evidência: a existência de uma massa crescente de mestiços no país. A construção social dessa evidência é também o processo de constituição de um campo empírico, o espaço humano de um conjunto de experimentações. Aqui se impõe ir além da semiologia barthesiana para encontrarmos a positividade do racismo. O que a governamentalidade colonial faz existir são as três peças fundamentais da colonialidade brasileira: o objeto a eliminar por sua não humanidade (o negro); o reagente do processo de branqueamento (o branco) e um campo de operação (o mestiço) que deve se sujeitar ao processo de limpeza. O que efetivamente passa a operar na sociedade brasileira é a possibilidade de que cada branco possa se ver no cotidiano das interações inter-raciais como destinado à condição de modulador de não-brancos e sob a missão de aperfeiçoar os mulatos. Faz sentido que de uma vez por todas não existam negros na sociedade brasileira, mas um *continuum* de morenos catalogáveis sob uma miríade de categorias de distinção no longo processo civilizatório de branqueamento físico e dos costumes.

Nesse sentido, o mito não esconde nada, sua operação é de deformação. O tom compassivo aos mestiços como uma raça aperfeiçoável em seus limites, genética e moralmente, é logo tomado pela sua sentença. A essa tese apresentada no Primeiro Congresso Universal das Raças, Lacerda vai denominar *redução étnica*, a eliminação gradual de mestiços e negros. Assumindo tom profético, afirmou que tal feito se daria num prazo de um século, estimando-se o ano de 2011:

Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, **os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós**. Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar, no entanto, sua posição social, **fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar**. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões poucos povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como **uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização** (Lacerda, 1911:18. Grifo nosso).

Refletimos sobre esta afirmativa, mais de um século depois, quando mãos negras escrevem este estudo analisando sua tese reducionista enquanto tantas outras iguais estão a escrever novas histórias e constatamos: tal profecia não foi alcançada. O entusiasmo e anseio de Lacerda em sustentar a possibilidade de embranquecimento da população não era algo isolado. O médico deixou evidente quem eram os eleitos, diferentes dos mestiços e dos negros, a população branca, com sua origem europeia, eram “amigos do progresso” passando a culpabilizar os negros por seu futuro marginalizado e por seus infortúnios, reforçando e evidenciando a circularidade do processo de exclusão. No discurso destacado anterior é também possível ver como Lacerda, enquanto brasileiro, discursando em um país europeu, aonde se debatia raça e civilização, tratava de habilitar o seu próprio lugar de enunciação. O médico, representante da nação, defendia em sua eloquência que o Brasil não estava perdido, havia salvação para a corrupção de sua gente, com o empenho da ciência e de homens como ele. Aparece aqui a necessidade de Lacerda construir para ele próprio um lugar de legitimidade junto aos colonizadores europeus, afirmar-se enquanto pertencente ao tipo superior de gente, branca, civilizada, como vetores de civilização.

O caráter evolutivo proposto por Lacerda, de limpeza racial da população através da mestiçagem, já possuía grandes correntes opositoras, distintas entre si. Nestas, não se acreditava que os mestiços herdariam as características positivas da raça branca, ao contrário, sugeria-se que continuariam a contaminar a civilização com o caráter degenerativo da raça inferior. Correntes racialistas estrangeiras⁷, do final do século XIX, ganhavam cada vez mais destaque. A essas correntes faziam persistir a pergunta: O que fazer com toda essa gente preta?

A campanha eugenista: a eliminação do elemento degenerativo humano pelo aperfeiçoamento da nacionalidade

Três décadas de escravidão e um *atraso* no Brasil para abolição da sua população de escravizados, referente aos outros países, conspirou para o aumento significativo de uma população empobrecida, miserável e doente, em sua maioria de *negros e mulatos*, que estavam

⁷ Marques (2017a) e Schwarcz (2019b) trazem a referência ao conde francês Arthur de Gobineau, partidário do determinismo racial, a partir da obra *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicado em Paris, no ano de 1853, que introduziu a noção de degeneração da raça, considerando a “impossibilidade do progresso para algumas sociedades compostas por sub-raças mestiças não civilizáveis” (Schwarcz, 2019b, p.83). Gobineau defendia que o tipo superior humano encontrava-se na raça ariana, e que somente a esta caberia a possibilidade de criar civilização, afirmando a inferioridade da espécie negra enquanto elemento de degeneração humana. Marques (2017) avança nessa discussão ao apresentar a resposta à tese de Gobineau, *Da Igualdade das Raças Humanas*, produzida pelo antropólogo haitiano Antenor Firmin, anos depois, em 1885, repudiando o que o conde afirmava como ciência, “A toda essa falange arrogante que proclama que o homem negro está destinado a servir de estribo ao poder do homem branco, a essa antropologia mentirosa, eu terei o direito de dizer: “Não, não és uma ciência! (...) o egoísmo e a imoralidade da raça branca será ainda para ela, em sua posteridade, motivo de vergonha e arrependimento” (Firmin *apud* Marques, 2017:3).

agora inseridos na sociedade. Essa era a questão nacional dos primeiros anos da república, que se voltava para a *promiscuidade racial*, como uma doença do país, atribuindo fatores de degeneração racial. Cenário favorável a instalação da eugenia enquanto uma “ciência” de aprimoramento da espécie, como analisa Stepan (2004).

A intelectualidade brasileira acolheu, como já vimos, discursos de ideólogos do darwinismo social, “segundo esses cientistas – e outros como eles – os cruzamentos ‘promíscuos’ que tinham ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais até aquele momento haviam produzido um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento e progresso” (Stepan, 2004).

Partindo da premissa que as raças já possuíam características imutáveis, apontava-se que miscigená-las seria o grande erro (Schwarcz, 2017). O aprimoramento da sociedade estaria condicionado exatamente à prevalência superior, sendo necessário proteger a continuidade dessa hereditariedade e a eliminação e controle da estirpe inferior. É sob esses determinantes que o cientista britânico Francis Galton definiu a *eugenia*⁸ enquanto uma ciência que vai dedicar-se ao aperfeiçoamento humano através da preservação da hereditariedade da raça superior, dotada das mais elevadas características físicas, morais e psíquicas. E são esses conceitos criados por Galton⁹ que vão influenciar diretamente o médico brasileiro Renato Kehl, a partir dos anos 1910.

Kehl realizou uma intensa cruzada para defender os ideais eugênicos no Brasil, que acabou culminando na criação da primeira Associação de Eugenia da América Latina – a Sociedade Eugênica de São Paulo – em 1918. Composta, em sua maioria, por médicos, a organização possuía cento e quarenta membros (Souza, 2008). Dentre as figuras ilustres, assumia a presidência honorária o médico sanitarista Belisário Penna. Entusiasta dos ideais eugênicos, este médico foi fundador da Liga Pró-saneamento do Brasil¹⁰, que possibilitou a abertura de espaço para a eugenia no contexto brasileiro. Esses médicos sanitaristas e intelectuais brasileiros viam na eugenia uma possibilidade moderna de retirar o país do atraso civilizacional, produzindo uma grande reforma social.

⁸ De acordo com publicação do Boletim de Eugenia, referenciada a Sebastian Recasens, decano da Faculdade de Medicina de Madrid, “A Eugenia é ciência muito antiga. Suas primeiras observações aparecem nos poemas homéricos e nas obras gregas de Eurípedes, Aristophanes, Platão e outros clássicos, que a denominam eugeneia ou Eugene; sua constituição científica, porém, efetou-se no século XIX, tendo o inglês Galton ideado a palavra Eugenie para denomina a ciência que tem por objeto a higiene da raça, tanto sob o aspecto físico como psíquico” (Recasens *apud* Kehl, 1929b).

⁹ Importa destacar que Francis Galton dedicava-se também aos estudos de medição craniológica através do seu Laboratório Antropométrico, a partir do qual oferecia as às pessoas a possibilidade de detectar seus defeitos e virtudes a partir da formação e dimensão dos seus crânios (Schwarcz, 2017).

¹⁰ O movimento sanitarista e as discussões relacionadas à higiene mental e medicina legal incorporaram ideais eugênicos em seus discursos, com a premissa de defesa da saúde pública e da profilaxia do que eles consideravam a “raça nacional”. Esse cenário favoreceu a propaganda da eugenia por Renato Kehl, através da publicação de seus livros e do interesse da imprensa por essa “nova ciência” (Souza, 2018).

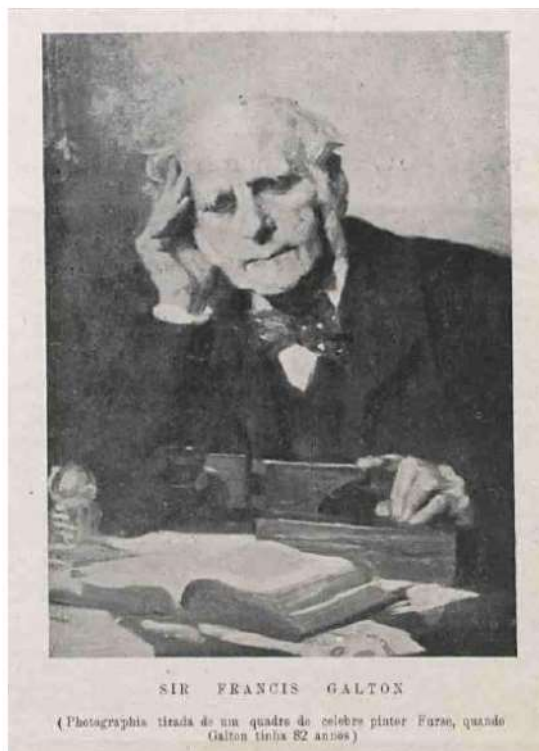
Com a obra *Lições de Eugenia*, Kehl alcançou grande repercussão e proliferaram relatos exaltando o seu trabalho, tanto no cenário nacional quanto internacional¹¹. Os valores patriotas apareciam fortemente associados a essa ciência, respaldados por ela. Ora, segundo seu entendimento, haveria maior patriotismo do que defender o melhoramento da sua própria nação? Kehl passaria a defender a existência de um tipo superior humano que deveria ser preservado e a necessidade do aperfeiçoamento moral e a eliminação gradual do componente degenerativo. Em suas palavras, assim definia-se eugenia:

A eugenia tem por fim cooperar para o aumento progressivo dos homens sadios; para a diminuição paulatina do contingente dos fracos, doentes e degenerados, _ concorrendo, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã. Mais moralizada, em suma, uma humanidade equilibrada, composta de indivíduos fortes e belos, elementos de paz e de trabalho (Kehl, 1929b:1).

Essa imperiosa missão de aperfeiçoar a população já era um determinante. “Nenhum país precisa mais de melhorar a sua raça do que o Brasil” (Norte, 1929:4), decretava a Academia Brasileira de Letras, em uma publicação assinada por João do Norte, *O Brasil e a Raça*, em que exaltava Renato Kehl como “um sábio e bandeirante de rara envergadura, lutador de rara fibra de patriota” (idem), por seu trabalho de mais de quinze anos dedicados ao aperfeiçoamento da nacionalidade brasileira.

De certo Kehl concordava com essas palavras e demonstrava desconforto com as cenas que via no Rio de Janeiro, ao final da década de 1920. Afirmava que não eram poucos os brasileiros que, como ele, envergonhava-se da população carioca, por sua degradação moral que, aproveitando-se especialmente na época de carnaval, exibia toda a sua repugnância: “A nossa plebe é feia, desengonçada e doente” (Kehl, 1929a:3).

¹¹ O Boletim de Eugenia trazia a referência a diversos trabalhos internacionais, que exaltavam a eugenia, como também, ao trabalho desenvolvido no Brasil pelo médico Renato Kehl.

Figura 3. Francis Galton, “o tipo perfeito e equilibrado³ de homem”

Fonte: Registro da capa do Boletim de Eugenia (Kehl, 1929b).

37

Fundador do Instituto Brasileiro de Eugenia, Kehl passou a ser diretor e editor do *Boletim de Eugenia*. O periódico mensal com sede no Rio de Janeiro foi publicado entre as décadas de 1920 a 1930 e dedicado à comunidade médica científica, podendo ser adquirido gratuitamente por quem tivesse interesse pelo tema. Funcionava como instrumento de promoção dos ideais eugênicos, divulgando pesquisas nacionais e internacionais de eugenia, em um tom que, por vezes, chega ao entusiasmo. A admiração do editor e fundador do boletim pelas ideias de Galton era declarada e manifesta, chegando a ponto de elegê-lo “tipo humano ideal”, estampado na capa do volume 4 do Boletim de Eugenia, publicado em abril de 1929 (figura anterior).

À procura desse *aperfeiçoamento humano*, Kehl destaca-se no meio científico como um grande defensor dos ideais eugênicos. Para este médico, “quem é bom já nasce feito” (1929c, p.1), e era preciso preservar essas características boas da espécie humana, a fim de, gradualmente, eliminar o componente degenerativo. A princípio, ele vai estabelecer a existência de três espécies de gente:

Cada vez mais me inclino aceitar como axioma o velho ditado “quem é bom já nasce feito” e, assim considerando, avançar, talvez, um paradoxo, dizendo que a humanidade se compõe de três espécies de gente: gente innata e intrinsecamente humana, gente domesticável e gente doente ou indomável, esta última intangível a todos os processos e esforços educativos (Kehl, 1929c:1).

Algumas considerações sobre essa afirmação fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, destaca-se a referência à existência de um tipo superior humano e de um último inferior irredutível. Seus estudos apontaram a que tipo de pessoas ele estaria referindo-se, e logo vamos nos ater a elas. Observando o seu segundo exemplo de espécie humana, chama atenção o atributo- *domesticável*- empregado. Firmemente contrário à miscigenação, Kehl, diferente do seu antecessor Lacerda, vai propor que essa reforma da espécie se dê através de sua domesticação moral. Essa segunda classe de gente estaria suscetível a estes procedimentos reformadores e, por isso, tornava-se necessário identificar que tipo de pessoa a conformaria, diferenciando-a da última espécie - *os doentes e indomáveis* – alheios e impermeáveis aos processos educacionais, tamanha a corrupção do corpo e da mente.

Para tanto, era necessário conhecer os hábitos e costumes das gentes, de modo que o *tipo de gente não humana*, “[...] seu modo de sentir, de agir, as tendências, os costumes, a capacidade intelectual ou física são reflexos desses caracteres inatos” (Kehl, 1929d:1) fosse peremptoriamente identificado. Diagnosticando precocemente esses elementos, seria possível distinguir o *domesticável* do *indócil*, cujas características corruptas seriam resultantes de um processo hereditário indemovível.

A esta aplicação social da eugenia, Kehl irá definir como *eugenismo*, dando destaque à distinção destes conceitos, embora admita que caminhem para um mesmo sentido: o aperfeiçoamento humano. Utilizando a parábola do agricultor, Kehl (1929e:3) vai propor que a *eugenia* se dá quando “o lavrador escolhe, expurga e seleciona as sementes antes de semeá-las”; enquanto o *eugenismo* ocorre quando o “lavrador apenas protege a sua plantação, capinando-a, regando-a, livrando-a de pragas”. Na sequência, passa a definir seus conceitos e os métodos empregados para atingir seus objetivos, sistematizados no quadro a seguir:

Tabela 1: Eugenia e Eugenismo por Renato Kehl

Eugenia	Eugenismo
Ciência do aperfeiçoamento físico, psíquico, mental do gênero humano, tendo em conta as disposições hereditárias da semente e as medidas que a beneficiem através das gerações	Aplicação prática, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano Educação como função civilizadora
Investiga o patrimônio hereditário das famílias, aprecia as qualidades físicas e mentais de seus componentes	É educação, é saneamento, é higiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte direta ou indiretamente em benefício da sua prole
Preconiza as boas uniões matrimoniais e desaconselha ou proíbe as <i>uniões más</i> que devem ser evitadas afim de que não nasçam doentes e desgraçados.	É tudo quando se pratica para favorecer os propósitos da Eugenia Os preceitos de higiene, de educação O saneamento, as medidas legais, tudo, enfim, que visa proteger e melhorar a situação dos indivíduos, ipso-facto irá defender e melhorar a espécie

Fonte: Esquema elaborado a partir de trechos das publicações de Renato Kehl, O que é Eugenia? (1929d) e Educação e Eugenia(1929e), publicadas no Boletim de Eugenia nº 09 e 10, respectivamente, em setembro e outubro de 1929.

Os *reformáveis*, de modo semelhante à proposição de Lacerda, seriam uma espécie temporária. Para Kehl, por mais que se aplicassem os métodos educativos e o progresso material, estes procedimentos estariam orientados para a realização do grande objetivo final: a multiplicação das famílias eugênicas, os *de boa geração*, que possuíam nobreza de nascimento. O médico acreditava na formação de uma elite humana, dotada da maior pureza eugênica. Para ele, este seria um grande sonho alcançado, “alguns reprodutores eugênicos, organizando-se socialmente em uma coudelaria humana poderiam formar, no decorrer de alguns decênios, um agrupamento de bem dotados, constituindo uma verdadeira população da elite (1929e, p.3)”. Tal feito, em seu frenesi, seria realizável, primeiramente, na América do Norte, por ser uma “terra extraordinária” onde a audácia dos empreendimentos não tinha limites. De fato, de lá também eram recebidas com entusiasmo notícias de práticas de esterilização dos não eugênicos, doentes e criminosos, que no Brasil passariam a ser estimuladas como esterilizações voluntárias, a fim de convencer pessoas pobres e incultas da importância de restringir a natalidade para um bem maior da nação.

Quem seriam, então, os eleitos da eugenia, estes dotados de nobreza de nascimento? Não há dúvidas. A superioridade branca fica evidenciada em diversas de suas publicações. Kehl demonstra sua satisfação com a realização do primeiro concurso de Eugenia, realizado em São Paulo, no ano de 1929, sob orientação da Sociedade de Medicina, presidida pelo médico Miguel Pereira, e do Serviço Sanitário do Estado. A ele coube entregar o título de primeira brasileira

considerada oficialmente eugenizada a uma criança de três anos, Adenir Ferreira de Carvalho, após submetida à rigorosa avaliação sua e de seus antepassados, incluindo aspectos biológicos e sociais. Kehl fez apenas uma ressalva sobre a idade precoce da criança, considerando que seria melhor observar os traços sociais em melhor desenvolvimento e seus relacionamentos posteriores. Sob o título de “Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade”, a foto da criança branca estampou a edição 5, de maio de 1929, exaltando o concurso que seguia a premissa da formação de um “pedigree humano” (1929c:3).

Figura 4. Primeiro Concurso de Eugenia



Fonte: Fotografia da capa do Boletim de Eugenia (Kehl,1929c). Acervo da Biblioteca Nacional.

Kehl demonstrou preocupação com a disparidade da limitação de natalidade entre pessoas de “classe média e superior, considerando que dentre os indivíduos da baixa esfera social, o controle de natalidade não era praticado. Havia, segundo o médico uma desoladora super-natalidade do contingente humano desse segundo grupo inferior, que chamava atenção de estudiosos. Ele abre o Boletim de Eugenia n. 12 de dezembro de 1929 afirmando que: “Sociólogos e eugenistas estudam o grave problema e apresentam sugestões para amparar a parte aproveitável da humanidade contra o perigo asfíxiante e compressor da massa inculta e amorfa,

que constitui formidável peso morto” (1929f:1). Afirmou ainda que era possível admitir que cada brasileiro *útil* carregava o *peso cadavérico* de vinte ou mais *parasitas*, que continuavam a procriar-se demasiadamente:

Tendo em vista a diferença da densidade das três camadas sociais, - uma levíssima, de brancos, outra leve, de tipos médios, e uma terceira maciça, de inferiorizados, não poderei deixar de opinar, favoravelmente, pela propaganda da limitação da natalidade no nosso país, sobretudo entre os indivíduos componentes da última camada (1929f:1).

A marcação do estereótipo é determinante no discurso. Era preciso justificar um estado inferior, tirar-lhe a humanidade, denominá-lo *parasita*. É interessante notar aqui como o atributo da extrema leveza vai ser imputado à população branca, a única “camada social” nomeada a partir da cor de sua pele. À população negra – designada como “inferiorizados” - será atribuído peso maciço. Trata-se de uma operação que deforma e moraliza a lógica social observada até ali, em que o trabalho massivo de gente negra havia gerado e sustentado o luxo leviano desfrutado por elites brancas.

A diferença do padrão determinado como civilizado é marcado como não humano, e é esse potencial de acusação do racismo que, conforme Memmi (1993), vai balizar e legitimar a dominação, identificando e realçando a diferença, passando a categorizá-la como inferior, para não somente estereotipar, mas para proveito do acusador. Eis a ligação orgânica entre racismo e dominação, em que a diferença é o eixo da atitude racista.

O Boletim de Eugenia nº 14 de fevereiro de 1930 afirmou que as classes sociais teriam valores raciais biologicamente diferentes, reforçando a tese da “plebe feia e desgraçada”, para referir-se à população pobre carioca. O artigo que fazia referência às perspectivas e pontos de vistas eugênicos, *Biologia Racial*, afirmava que a *camada inferior* herdava os caracteres degenerativos humanos que forjavam esses indivíduos como uma espécie já pré-determinada à sua corrupção, independente dos esforços educativos lançados sobre eles. Uma identidade inferior atribuída como elemento desprezível de sua espécie, *os indomáveis, a categoria de gente não humana*:

Um meio bom em si mesmo não faz elevar **um povo inferior ou inapto racialmente**, como por exemplos os ciganos e os negros; igualmente as camadas mais inferiores das sociedades civilizadas, constituída por criminosos habituais, vagabundos, imbecis, indivíduos mal dotados, não melhora com a mudança de ambiente (Lundborg, 1930. Grifo nosso).

Essa insistência em catalogar a população do espaço colonial numa escala de fundo moral é um dos mecanismos fundamentais de designação de um povo por vir para uma nação em processo civilizacional. Ao situar os não brancos numa escala moral, o “povo” inapto para a nação é disposto para um processo de ortopedia. A imensa discussão sobre os mecanismos para

se sanear a nação e limpar os traços degenerativos do “povo” define, no cerne da nação, a relação entre quem é o colonizador e quem é colonizado como uma relação pedagógica. Objetificando os não brancos como um povo em processo de humanização, se engendra um devir para a nação como um processo de passagem do não-civilizado ao civilizado. Sob essa dinâmica, o estereótipo é a afirmação daquilo que é anormal e que por sua natureza precisa ser eliminado para o bem maior da nação. É preciso causar sofrimento para se extirpar o elemento degenerativo. Pelo discurso higienista se edifica o modo errante do mestiço, um argumento que baliza o caráter desejável da raça civilizada e a urgência da depuração racial. Em que pese a aparente processualidade e flexibilidade das categorias da mestiçagem, na situação colonial, como Fanon (2008) o demonstrou, o olhar ortopédico fixa as identidades de colonizador e colonizado e os estereótipos justificam o *branco como o senhor esperado*.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (Fanon, 2008:94).

Mesmo que inspirado em modelos científicos europeus, esses cientistas produziam o racismo científico adaptado à realidade brasileira. Um argumento racial irá conformar o contexto social do país, justificando a necessidade de impor uma diferença que constringe e condena. As ciências naturais estavam implicadas diretamente no racismo científico, a antropologia tratava de explicar através de componentes biológicos a deformidade da espécie, aliando-se a um estudo criminológico, que relacionava raça, loucura e pobreza.

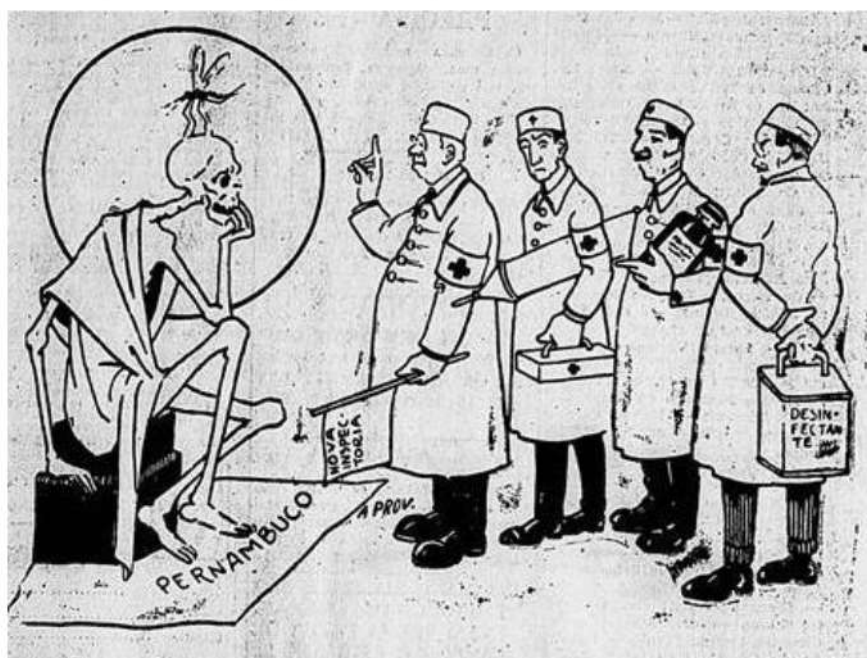
Lima Barreto¹², escritor e poeta carioca, teve sua história, corpo e palavras marcadas por esses experimentos de racialização da loucura entre os anos de 1910 e início da década de 1920. Sua história levanta pistas sobre as soluções médicas engendradas para dar cabo do “terceiro tipo de gente”, marcada pela inviabilidade social, corrompida em sua carne e em sua moralidade, declarada impermeável à reabilitação e imprópria à viabilidade do país. Para o contexto da época, sua pele escura contrastava com suas habilidades literárias e inteligência perspicaz. Dependente do consumo de álcool, que ele mesmo afirmou em seu *Diário de Hospício*, postumamente publicado, foi diagnosticado com epilepsia tóxica. Indignava-se por estar submetido à internação psiquiátrica, em um lugar onde era depositado o tipo de gente

¹² Afonso Henrique de Lima Barreto nasceu em 1881 e faleceu em 1922, aos 41 anos. Deixou 17 volumes de obras literárias. Não alcançou o reconhecimento do seu trabalho em vida. O diário de Hospício foi produzido durante a sua internação no Hospício D. Pedro II, de dezembro de 1919 a fevereiro de 1920 e trazia relatos do cotidiano observado pelo autor e as indagações sobre ele refletidas.

considerada desprezível, em condições miseráveis e violentas, julgadas como impróprias para a vida em sociedade, e definia como “[...] a loucura, a degradação humana, o horror desse espetáculo” (Lima Barreto, 1919:84). Lima Barreto questionava o controle do Estado sobre o corpo, o alienamento de si, o caráter de desumanidade imposto. Mais do que as instalações precárias do hospício, o seu descontentamento também era sobre o poder coercitivo da polícia sobre sua vida. Indagava ainda a superioridade imposta da medicina, quando escreveu sobre um dos médicos que o atendia: “Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si” (1919:24). Lima Barreto escrevia para não enlouquecer. O hospício D. Pedro II no qual ficou internado transformar-se-ia num *cemitério de viventes*, aonde se deixava morrer. Que destino estaria reservado àquelas pessoas? A doença revestia-se de uma cor, tinha um rosto.

A recém-promulgada República brasileira do início do século XX possuía uma grande população miscigenada, em grande parte saída de um sistema escravista, que vistos como inferiores não se encaixavam no projeto de nação em formação. Ainda que “livres”, eram desassistidos pelo Estado, entregues às moléstias que assolavam o país. As populações tradicionais e interioranas sofriam com a falta de acesso aos recursos de saúde, e nos centros urbanos aglomeravam-se populações e o risco de doenças como a febre amarela, verminoses, peste, tuberculose, assombrava o terror de epidemias. Sanear o país era uma condição essencial para a corrida civilizacional, e passa a estampar campanhas estatais:

Figura 5. Ilustração da Campanha Pró-saneamento do País



Fonte: Ilustração do Jornal A Província, Pernambuco de 1919.

Os médicos brasileiros passaram a ser representados como guardiães e salvadores desse grande Brasil doente, como representado na figura 05, “Sanear o Brazil, o grande problema!”, estampava a ilustração publicada no Jornal A Província, de Pernambuco, no ano de 1919. Nesta, o nordestino é representado por um corpo esquelético sentado, cadavérico, acometido por doenças, atacado por um mosquito da mesma dimensão do seu crânio, como a designar sua passividade diante das doenças parasitárias. Sustenta seu corpo sentado sob uma superfície delimitada, com fronteiras bem definidas, estampada com o nome do Estado de Pernambuco.

Apático, observa quatro médicos brancos que se aproximam sem, no entanto, integrar a mesma superfície do corpo esquelético. Permanecem externos, vestidos com seus jalecos e acompanhados de seus instrumentos medicinais. Destaca-se o código gestual da mão direita do primeiro médico. Como nas pinturas sacro-romanas, atribuídas às liturgias católicas, a mão erguida do médico apresenta o dedo indicador em riste, com o polegar tocando o dedo médio, representando sinal de discurso, ensinamento, reforçando a educação como instrumento de saneamento. É possível perceber também a proeminência corporal do primeiro médico, em referência a farta alimentação, contrastando com o corpo cadavérico do paciente nordestino.

O saneamento e a eugenia passam a ser mobilizados como vetores de civilização. Os médicos sanitaristas brasileiros parecem encontrar nos trabalhos dos eugenistas a possibilidade da formação de uma raça civilizada no país em que vivem, onde nasceram, garantindo para si, nesse esforço, papel quase messiânico. Os problemas sociais são percebidos pelos sanitaristas como provas dessa degeneração, desligando-os do contexto colonial-racista em que foram gerados. O isolamento, a pobreza, a carência de saúde e educação estariam relacionados aos modos de vida que prejudicavam o desenvolvimento do bem estar humano e progresso do país. É importante observar que mais do que atribuírem essas condições ao tipo irreformável de gente, o racismo científico tratou de aportar justificativas para que nenhum centavo de dinheiro público fosse dispendido no melhoramento dessas condições, já que não fariam diferença. Tratar-se-ia, assim, no limite, de impedir que essa camada da população prejudicasse o bom desenvolvimento das saudáveis, intrinsecamente humanas ou reformáveis.

É importante, assim, afirmar como constitutiva a permeabilidade das ideias eugenistas com relação aos preceitos sanitaristas para a regeneração da nacionalidade no Brasil (Souza, 2008). Como afirmou o médico eugenista Olegário de Moura, durante conferência realizada na Sociedade Eugênica de São Paulo, “sanear é eugenizar”:

Eis a grande bandeira desfraldada aos ventos...O símbolo da nossa nacionalidade é representado pelas palavras “Ordem e Progresso”. Saneamento-Eugenia é Ordem e Progresso. E, afirmamos com convicção e consciência inabaláveis que só a Eugenia e o Saneamento serão os únicos fatores capazes de consolidar definitivamente o emblema do nosso pavilhão: Ordem e Progresso, símbolo... da nossa soberania no mundo.

Eugenia é Ordem e Progresso. Saneamento é Ordem e Progresso (Moura *apud* Souza, 2008:156).

Não há como estabelecer que as campanhas de eugeniização e saneamento foram obras isoladas de médicos, embora a narrativa histórica dê protagonismo e centralidade aos médicos e sanitaristas, conforme ressalta Hochman e Armus (2004). Entretanto, essas ações decorrem de um grande projeto nacional, financiado, acolhido e propagado pelo Estado brasileiro. No Congresso Universal das Raças em 1911, Lacerda figurou como representante do Presidente da República, apresentando um projeto de redução étnica para a população mestiça do Brasil, décadas depois a prática social da eugenia era incluída na Carta Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, em seu artigo 138:

Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurará coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbididade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos social. (BRASIL, 1934).

Missões civilizatórias e de higienização¹³ foram encampadas, respaldadas nos ideais consolidados pelas doutrinas do racismo científico, na afirmação de que há um modo superior de ser e estar no mundo, tratando a diferença como anomalia, desençaixe da normalidade. Uma imperfeição que passa a ser corporificada para ser submetida a controle e examinação. Políticas públicas de modernização sanitária que envolviam a atuação de médicos, mas também das oligarquias hegemônicas e atuação direta do Estado Nacional, como acentua Santos (2004:251): “A história da reforma sanitária brasileira, ao menos em seu período de formação, é tema típico de conquistas “pelo alto”, em que estão em jogo percepções e valores de intelectuais, camadas médias e altas e a participação direta do Estado Nacional”. Diwan (2020) nos provoca que, passada décadas da história da eugenia no Brasil, a conta dessa *ciência* foi levada ao esquecimento. É atribuída a figura de Renato Kehl como um ator isolado na sua propagação. Aqui, não cabe absolvição a essa espúria figura, mas inquietarmos na reflexão da operacionalização de uma *ciência* que determinava a superioridade racial e a eliminação dos

¹³ Exemplo da Missão do Cruzador José Bonifácio que criou mais de oitocentas colônias de pescadores no Brasil durante os anos de 1919 a 1923, classificando a população como doente e distante da civilização, instalando o projeto de instruir e sanar através da adoção de modos de vida e trabalho civilizados. (Cyrino, 2020).

considerados doentes e indomáveis. De certo, não era um trabalho de um só homem, havia uma rede de poderes e investimentos que possibilitou o alcance dos ideais eugênicos no Brasil, em estabelecer novas tecnologias do racismo pós-abolição. Novos cativeiros.

Considerações finais

Retornamos, insistentemente, à pergunta. O que fazer com toda essa gente a contaminar ainda os graus de civilização? Não sendo possível eliminá-los em absoluto, era preciso controlá-los, saneá-los. Reforma moral e controle social, domesticação e higiene, apresentaram-se como caminhos para a viabilização de categorias de gente reformável e refutação de inviáveis.

Em suas diferentes teses, Lacerda e Kehl carregaram um pressuposto comum, o *aperfeiçoamento da nacionalidade poderia dar-se desde que balizado por um modo superior de ser e estar no mundo*.

Nos escritos dos ideólogos do higienismo no Brasil, o processo civilizatório de fazer morrer o negro não é incompatível com o esforço de vivificação do mestiço como plano de passagem a uma nação plenamente branca. Nos termos fanonianos de Ajari (2011), esse equacionamento implicou mais num reforço ideológico em favor dos privilégios políticos e econômicos dos segmentos brancos da nação; mas, não deixou de projetar e promover o extermínio de uma parte dos não-brancos. A maioria da população do país foi colocada numa espécie de prisão condicionada aguardando o passaporte de brancura. Novos cativeiros do pós-abolição. E o “povo” da república nasceu aquém da nação, aguardando os efeitos simultâneos da depuração biológica e do saneamento dos costumes.

46

Referências

- AJARI, Norman (2011), “Frantz Fanon: luchar contra la bestialización, demoler el biopoder”. *Estudios de filosofía práctica e historia de las ideas*, v. 13, n. 2, pp. 53-60 [Consult. 10-05-2021]. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/pdf/efphi/v13n2/v13n2a06.pdf>
- BARTHES, Roland (2001), *Mitologias*. 11ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BIBLIA. Português (2008), *Bíblia Sagrada*. Traduzida por Monges de Maredsous. Revisada por João Pedreira de Castro. 74ª ed. São Paulo, Editora Ave Maria.
- BRASIL (1934), *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 16 de Julho de 1934 [Consult. 10-01-2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm
- CYRINO, Carolina (2020), “Sob o olhar do outro: o experimento do racismo científico nas missões brasileiras de instruir e sanear populações pesqueiras”, in L. Padilha, P. M. Marques, C. Cyrino e R. Bernardo (orgs.), *Brasil e Haiti: Racimo, ciência, lutas históricas e dramas atuais*. Porto Alegre, Editora Fi, pp. 20-33.

- DIWAN, Pietra (2020), *Raça pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. 2ed., 5ª reimpressão. São Paulo, Contexto.
- FANON, Frantz (2008), *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA.
- FIRMIM, Anténor (1885), *De légalité dès races humaines*, Lib. Cotillon, Paris.
- HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs) (2004), *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro, Editor Fiocruz.
- KEHL, Renato (1929a), “Scenas deprimente”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, v. 1. n. 2, pp. 3.
- KEHL, Renato (1929b), “Sir Francis Galton”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, pp. 1.
- KEHL, Renato (1929c), “Pelo Aperfeiçoamento da Raça”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, pp. 1-2.
- KEHL, Renato (1929d), “Educação e eugenia”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano. I. n. 9, pp. 1.
- KEHL, Renato (1929e), “O que é eugenia”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, pp. 2-3.
- KEHL, Renato (1929f), “Limitação da natalidade”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano 1. n. 12, pp. 1-2.
- MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) (1996), *Raça, ciência e sociedade*. [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) (2010), *Raça como questão. História, ciência e identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MAIO, Marcos C.; RAMOS, Jair de S. (2010), “Entre a riqueza natural e a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se o povo brasileiro”, in M. C. Maio e R. V. Santos (Orgs.), *Raça como questão. História, ciência e identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- MARQUES, Pâmela M. (2017a), *Antenor Firmin x Arthur de Gobineau: a resposta do primeiro antropólogo haitiano ao eugenista francês em plena era do racismo científico*. Boletim Emergências. Universidade de Santiago do Chile.
- MARQUES, Pâmela M. (2017b), “*Nou led, nou la! Estamos feios, mas estamos aqui!*”. *Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza*. Tese. Doutorado em Sociologia. UFRGS.
- MBEMBE, Achille (2014), *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona.
- NABUCO, Joaquim (2000), *O abolicionismo*. São Paulo, Publifolha.
- KOSSOY, Boris (2007), *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo, Ateliê. Editorial.
- LACERDA, João Batista (1911), *Sur les méfis au Brésil*. Paris, Museu Nacional do Rio de Janeiro.
- LIMA BARRETO, Afonso H. de (1993), *Diário de hospício/O cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto (1996), “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República”, in M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

- LUGONES, María (2008), “Colonialidad y género”. *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 9, pp. 73-101 [Consult. 10-05-2020]. Disponível em <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>
- LUNDBORG, Herman B. (1929), “Biologia racial. Perspectivas e pontos de vista eugênicos”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, pp. 2.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia (2016), “Linhagens pós-coloniais e a possibilidade de ampliação do conhecimento: um debate epistemológico”, in M. Baumgarten (org.), *Sociedade, conhecimentos e colonialidade: olhares sobre a América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 41-63.
- NORTE, João (1929), “O Brasil e a raça”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, pp. 1.
- SANTOS, Luíz A. de C. (2004), “Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica”, in G. Hochman e D. Armus (orgs.), *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- SCHWARCZ, Lilia M. (2017), *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia M. (2012a), “Moderna República Velha: um outro ano de 1922”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 55, pp. 59-88 [Consult. 10-05-2020]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt
- SCHWARCZ, Lilia M. (2012b). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras.
- STEPAN, Nancy L.(2004), “Eugenia no Brasil, 1917-1940”, in G. Hochman e D. Armus (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro, Editor Fiocruz.
- SEGATO, Rita L. (2012), “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. *E-Cadernos CES*, n.18, pp. 106-131 [Consult. 10-05-2020]. Disponível em <https://doi.org/10.4000/eces.1533>
- SOUZA, Vanderlei S. de (2008), “Por uma nação eugenica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro nos anos 1910 e 1920”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 146-166 [Consult. 10-05-2021]. Disponível em https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=74

Abstract

This paper focuses on the post-abolition period of the First Republic, during which paradigms for nationality improvement were formulated based on proposals for progressive ethnic reduction. A population that had previously been enslaved, whose human condition had been canceled, found itself just liberated, living among the free society. What to do with all these black people? Scientific racism brought answers. The main goal of this work is to analyze speeches that emerged as a space for the invention of scientific theories in order to support the idea of “human improvement” through the elimination of its “degenerative component”. It is a collection composed of documents, manuals and periodicals prepared by doctors João Batista Lacerda and Renato Kehl, who, despite their different approaches, questioned the human character of the black population, promoted divisions between racialized segments and pointed out possibilities of elimination of their genetic and/or cultural expression, simultaneously genocidal and civilizing.

Keywords: Scientific racism; Post-abolition; Eugenia.

Resumen

Este trabajo se dedica al período posterior a la abolición de la esclavitud, de la Primera República, durante el cual se formularon paradigmas de mejoramiento la nacionalidad a partir de propuestas de reducción étnica progresiva. Una población previamente esclavizada, cuya condición humana había sido cancelada, se encontraba recién-liberta, conviviendo con la sociedad libre. ¿Qué hacer con toda esta gente negra? El racismo científico trajo respuestas. Analizaremos, aquí, los discursos que emergieron como espacio de invención de teorías científicas con el fin de apoyar la idea de “mejoramiento humano” mediante la eliminación de su “componente degenerativo”. Se trata de una colección compuesta por documentos, manuales y periódicos elaborados por los doctores João Batista Lacerda y Renato Kehl, quienes, a pesar de sus diferentes enfoques, cuestionaron el carácter humano de la población negra, promovieron divisiones entre segmentos racializados y señalaron posibilidades de eliminación gradual de la expresión génica y/o cultural a la vez genocida y civilizadora.

Palabras-clave: Racismo científico; Post-abolición; Eugenia.
